

Votação do pacote: em meio ao tumulto, vence a Aliança

BRASÍLIA — Em contraste com o método "rolo compressor" adotado pelo PDS no regime militar, PMDB e PFL parecem ter escolhido o clima de tumulto generalizado como o ambiente ideal para fazer prevalecer suas teses no Congresso. Assim como em outras votações importantes — como a da ampliação da anistia e a da convocação da Constituinte — a Aliança Democrática conseguiu aprovar o programa de mudanças econômicas do Governo, em meio à votação de outras matérias do seu interesse, em mais uma estafante maratona de sessões.

A Câmara precisou realizar seis sessões, a maioria delas apenas abertas e imediatamente encerradas por conta do atraso na elaboração do substitutivo. Nas duas sessões decisivas — das 19 horas às 20h50m e de 0h30m às 4h15m — a Aliança Democrática teve que suportar um longo trabalho de obstrução dos partidos de oposição — PDT, PTB e PT — que pretendiam ter mais tempo para a discussão e votação do pacote.

Possivelmente foi a soma do trabalho de obstrução, irritante para parlamentares do PMDB e do PFL, com o cansaço que terminou por acirrar os ânimos, levando, à 1h15m, os parlamentares a trocar empurrões e chutes dissimulados, devido ao grande número de Deputados em frente à Mesa, e a levar o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, a suspender a sessão por 20 minutos.

Tudo começou quando o Líder do PTB, Gastone Richi, tentou falar do microfone de apartes do Partido do Governo, pois o da Oposição estava ocupado por outro parlamentar. O Deputado Airton Soares (PMDB-SP) começou a lhe dar joelhadas na parte de trás da perna de Righi e alguns chutes no seu calcanhar, além de ficar falando ao seu ouvido, atrapalhando-o. Em determinado momento, Righi reagiu e, de mão espalada, bateu no peito de Airton, que cambaleou e não caiu porque



Após a confusão e os tumultos, o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, deixa a direção dos trabalhos e abandona o plenário

atrás dele estavam vários Deputados, que o seguraram.

Ninguém controlou mais nada. No empurra empurra que se seguiu, Airton conseguiu pegar o microfone de apartes, embora se mostrasse sorridente, como se tudo aquilo o divertisse. Mas os que levaram a sério partiram para a briga. Foram os Deputados Jorge Medauar (PMDB-BA) e Sebastião Curió (PDS-PA), que pegou o microfone de apartes da Oposição. A turma do deixa-disso, porém, conseguiu separá-los, mas Curió, com a mão direita dentro do paletó, ameaçava algo mais do que uma briga: alguns Deputados, achando que ele estava armado, gritavam para os companheiros o deixarem livre para ver se ele atirava mesmo.

Ulysses em nenhum momento chegou a se referir às agressões verbais

que lhe foram dirigidas pelos Deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Nilson Gibson (PFL-PE), que gritaram, em meio à balbúrdia que se seguiu ao começo da briga, que ele não tinha condições de presidir a Câmara e que deveria renunciar. Perturbado pela maré de violência que presenciava dois metros abaixo da Mesa, pode ser que Ulysses não tenha ouvido Jefferson gritar a todo pulmão:

— A culpa disso tudo é sua, Presidente. O senhor não tem pulso. Não se viu isso nem na época da ditadura. Isso é um absurdo.

Como tem ocorrido nas sessões mais agitadas, os trabalhos foram reabertos à 1h30m, como se nada houvesse acontecido. Os parlamentares tranqüilamente nos seus lugares, esperando a votação. Alguns não resistindo ao sono e dormindo da melhor forma possível, outros lendo

jornal e a maioria simplesmente conversando. Mas, como de costume, a calmaria só durou até o encaminhamento da votação, com os partidos de Oposição criticando duramente a forma como o Governo estava "empurrando goela abaixo", como se expressou o Líder do PDT, Nadir Rossetti, um pacote que "ninguém tivera condições de ler, estudar e entender". O Líder do PT, Djalma Bom, arrancou risos quando disse que, se o pacote fora elogiado por um banqueiro — o Deputado Herbert Levy (PFL-SP) —, só poderia ser ruim para o trabalhador.

Depois dos discursos, com os Deputados visivelmente exaustos, a Câmara votou o pacote e, já pela manhã, numa sétima sessão, foi aprovada a redação final. O capítulo seguinte passava para o palco do Senado.